

Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Abril de 2020

COVID-19: uma ameaça sem precedentes ao desenvolvimento

Sumário Executivo

Resumo das Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana – Abril de 2020

- A pandemia da COVID-19 ameaça causar enormes perdas em termos de vidas humanas, e a crise económica que provocou poderá deitar por terra os progressos recentes no que toca ao desenvolvimento.
- Prevê-se que o crescimento na África Subsariana em 2020 será de -1,6%, um mínimo histórico.
- A prioridade da política económica é aumentar a capacidade e despesa ao nível da saúde para salvar vidas e conter o surto do vírus.
- É essencial o apoio de todos os parceiros de desenvolvimento para atender às consideráveis necessidades de financiamento dos países mais afetados, incluindo o alívio da dívida.
- Devem ser usadas políticas orçamentais, monetárias e financeiras para proteger os grupos vulneráveis, mitigar os prejuízos económicos e apoiar a recuperação. Quando a crise se dissipar, as posições orçamentais devem regressar a trajetórias sustentáveis.

A África Subsariana depara-se com uma crise sanitária e económica sem precedentes. Uma que ameaça desviar a região do seu percurso, invertendo os progressos em termos de desenvolvimento alcançados em anos recentes. Além disso, ao causar uma grande perda de vidas humanas, afetar drasticamente os meios de subsistência e prejudicar os balanços das empresas e dos governos, a crise pode travar as perspetivas de crescimento da região para os próximos anos. Nenhum país será poupado.

A rápida propagação do vírus, se não for refreada, ameaça sobrecarregar os sistemas de saúde frágeis. O número de casos confirmados da COVID-19 na África Subsariana está a subir rapidamente. À data de 9 de abril, tinham sido confirmados mais de 6.200 casos em 43 países na região, com a África do Sul, os Camarões e o Burquina Faso a serem os mais afetados.

Tal como no resto do mundo, a crise sanitária precipitou uma crise económica na região que reflete três grandes choques na atividade económica:

- As fortes medidas de contenção e mitigação que os países tiveram de adotar para limitar a propagação do surto da COVID-19 irão causar perturbações na produção e reduzir a procura consideravelmente.

- A descida vertiginosa do crescimento económico mundial juntamente com condições financeiras mundiais mais restritivas estão a ter graves repercussões na região.
- O declínio acentuado nos preços das matérias-primas, sobretudo o petróleo, deverá agravar estes efeitos, exacerbando os desafios em algumas das maiores economias ricas em recursos naturais.

Como resultado, prevê-se que a economia da região deverá contrair para -1,6% este ano – um mínimo histórico – o que representa uma revisão em baixa de 5,2 pontos percentuais face às previsões de outubro de 2019. Ao nível dos países, as economias menos diversificadas serão mais duramente atingidas, refletindo o impacto da descida dos preços das matérias-primas e os esforços de contenção. Entre os países não ricos em recursos naturais, aqueles que dependem do turismo deverão observar uma forte contração devido às extensas restrições de viagens, enquanto as economias de mercados emergentes e de fronteira enfrentarão as consequências de grandes saídas de capital e condições financeiras mais restritivas.

Os grandes choques adversos irão exacerbar as condições sociais e agravar as vulnerabilidades económicas existentes. As medidas que os países tiveram de adotar para aplicar o distanciamento social seguramente irão colocar em perigo a subsistência de inúmeras pessoas vulneráveis. Tendo em conta a reduzida rede de proteção social, as pessoas irão sofrer. Além disso, a pandemia está a chegar ao continente numa altura em que o espaço orçamental para absorver estes choques é limitado na maioria dos países, assim complicando a resposta adequada das políticas.

Neste contexto, são necessárias, com caráter de urgência, medidas decisivas para limitar os prejuízos humanitários e económicos e proteger as sociedades mais vulneráveis no mundo:

- **As pessoas em primeiro lugar.** A prioridade imediata dos países é fazer o que for preciso para aumentar as despesas de saúde pública a fim de conter o surto do vírus, independentemente do espaço orçamental e da situação da dívida.
- **Política orçamental.** O apoio orçamental considerável, oportuno e temporário é crucial para proteger as famílias e empresas mais afetadas, incluindo as do setor informal. As políticas a serem adotadas podem abranger transferências monetárias ou em espécie para ajudar as pessoas em dificuldades (incluindo através de tecnologias digitais) e apoio direcionado e temporário para os setores mais afetados. Quando a crise se dissipar, as posições orçamentais devem regressar a trajetórias que assegurem a sustentabilidade da dívida.
- **Solidariedade internacional.** A capacidade dos países organizarem a resposta orçamental necessária está altamente condicionada a um amplo financiamento externo – sob a forma de donativos e empréstimos concessionais – disponibilizado pela comunidade financeira internacional. Esta questão é tanto mais crítica tendo em conta a situação extremamente conturbada dos mercados de capitais globais. A ausência de financiamento externo adequado ameaça converter problemas temporários de liquidez em problemas de solvabilidade, assim prolongando os efeitos da crise da COVID-19.

- **Política monetária.** Uma orientação mais acomodaticia da política monetária e a injeção de liquidez também podem desempenhar um importante papel na proteção das empresas e do emprego, ao apoiarem a procura. A supervisão do setor financeiro deve ter como objetivo garantir um equilíbrio entre a preservação da estabilidade financeira e a sustentação da atividade económica. Para países com regimes de câmbio flutuante, a flexibilidade da taxa de câmbio pode ajudar a amortecer os choques externos, enquanto a utilização de parte das reservas para atenuar um ajustamento desordenado poderá mitigar as potenciais implicações financeiras dos desfasamentos entre moedas. Para os países que se deparam com saídas de capitais consideráveis e desordenadas, poderiam ser consideradas medidas temporárias de gestão dos fluxos de capitais no âmbito do pacote mais vasto de políticas.

Nesta conjuntura, as previsões económicas estão sujeitas a graus de incerteza mais elevados do que o normal. Desde que sejam tomadas as ações decisivas descritas anteriormente, o crescimento na região deverá recuperar em 2021 para os 4%. No entanto, a intensidade do abrandamento em 2020 e a velocidade da recuperação dependerão de vários fatores, nomeadamente a interação da pandemia com os frágeis sistemas de saúde locais, a eficácia dos esforços de contenção a nível nacional e a robustez do apoio da comunidade internacional.